

Dia Nacional da Língua Portuguesa

Português

Enviado por: aquiasvalasco@seed.pr.gov.br

Postado em: 21/05/2009

A língua falada por um país corresponde ao cerne de sua identidade. Desde as primeiras conquistas, como os povos egípcios, gregos e romanos, era comum que as nações colonizadoras tratassem logo de impor seu idioma como forma de dominação. Saiba mais...

A nossa magna língua portuguesa e nobres sons é um thesouro. seccou o poente, murcha a luz represa. Já o horizonte não é oiro: é ouro. Negrou? Mas das altas syllabas os mastros Contra o ceu vistos nossa voz affoite. O claustro negro ceu alva azul de astros, Já não é noute: é noite." Fernando Pessoa, 1930 "O meu país não é a minha língua, mas levá-la-ei para aquele que encontrar". Maria Gabriela Llansol, 1985 A língua falada por um país corresponde ao cerne de sua identidade. Desde as primeiras conquistas, como os povos egípcios, gregos e romanos, era comum que as nações colonizadoras tratassem logo de impor seu idioma como forma de dominação. O mesmo valia para a religião, pois já se sabia que, quando tiramos de um povo seu idioma e sua religião, tiramos também um grande pedaço de sua alma. COMO SURTIU A LÍNGUA PORTUGUESA? A Língua Portuguesa é um idioma neolatino, ou seja, é derivada do latim. Sua história começa antes da Era Cristã, quando os romanos dominaram a Península Ibérica (que hoje são Portugal e Espanha) e impuseram seus padrões de vida e sua língua. As várias etnias que lá existiam acabaram por se misturar ao latim falado pelos soldados romanos: o linguajar do povo, que não possuía forma escrita, um latim vulgar - ao contrário do latim erudito, mais rígido. Por não estar preso à forma escrita, o latim vulgar era mais variado e por isto não foi difícil surgirem os novos dialetos, frutos das diferentes combinações em cada região. Além da dominação pelo Império Romano, a Península Ibérica também sofreu invasões de povos germânicos (os vândalos, suevos e visigodos), no século V da Era Cristã. Daí herdamos alguns vocábulos, a maioria ligada à área militar, tais como guerra, marechal, general. As invasões dos árabes no século VIII também contribuíram para a incorporação de novas palavras. Você sabia que geralmente as palavras começadas em 'al' têm origem árabe? São exemplos: alface, alfinete, álgebra, alfândega. Das que não começam em 'al': garrafa, quintal, xarope. As influências germânica e árabe não foram tão intensas quanto a dos romanos e por isto as raízes latinas foram as que continuaram sustentando a cultura da península. A região que hoje ocupa Portugal se destacou do restante da península no ano de 1143, quando foi declarada a independência da Nação Portuguesa, com o idioma galego-português. No sul, predominava o português, e, no norte, o galego. Esta parte foi anexada pelo povo castelhano alguns anos depois e, em 1290, o idioma português foi declarado oficial na Nação Portuguesa. VARIAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA A língua oficial do nosso país é a Língua Portuguesa, imposta pelos colonizadores portugueses quando chegaram à costa brasileira. Aqui já se falavam vários dialetos indígenas, porém a maioria foi extinta para dar lugar ao idioma português. Se você leu com atenção sobre o Dia do Índio, vai lembrar que, dos 1.300 dialetos falados pelas diversas tribos indígenas em 1500, só persistem hoje cerca de 180. Mesmo tendo adotado o idioma de seu colonizador, o Brasil possui modos de escrever e de falar que foram surgindo e caracterizando nosso povo com o passar do tempo. A Língua Portuguesa aqui é bem diferente da que encontramos em Portugal, além das variações que encontramos de região para região dentro do nosso país. Isso tudo porque um idioma não é algo estático, parado no tempo. Se fosse, ainda estaríamos falando como em Portugal no

século XVI, como tempos "d'antes"... Reparou como o poema de Fernando Pessoa mostra esta transformação? Nossa língua muda de acordo com a época e com os costumes. Mesmo em curtos espaços de tempo - pense numa propaganda, por exemplo, e perceba como certos slogans acrescentaram novas palavras e expressões. E os neologismos? Até o ministro Rogério Magri, da época do governo Collor, ninguém usava o termo imexível (por saberem que tal palavra não existia ou porque não gostavam de inovar?). Muita coisa mudou e, acredite, cada um de nós contribuiu para que assim fosse! Viu como temos várias línguas em torno da Língua Portuguesa? Tem o português de Portugal, o português do Brasil e suas inúmeras variações regionais. E ainda o português das outras colônias portuguesas (mas isto é outra história...). Não é tão complicado, porque, no final das contas, todas estão sujeitas às regras e formalidades do idioma, representadas pela Gramática da Língua Portuguesa. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Dia da Língua Nacional 21 de Maio Língua Nacional A realidade, que se busca atingir, no contexto brasileiro, é de um tipo que, desde a antiguidade, se intuiu. Efetivamente é lícito ressaltar que, apesar de Platão (República) e Aristóteles (Poética) se terem distinguido, respectivamente, na análise do significado da poesia, por atribuir ao poeta a função de inflamar as paixões humanas ou, ao contrário, de satisfazê-las e regulá-las, tem ambos pontos comuns: poesia como mimesis, emoção em quem se debruça sobre a realidade, justificação da poesia pelo serviço prestado ao Estado, exercício pelo poeta de grande poder sobre os outros homens. Dando ao termo poesia o sentido mais largo, para abranger toda a produção literária, vemo-nos diante do fato de que é naquilo que separa fundamentalmente os dois filósofos que se situa o problema das relações entre o evoluir da literatura de uma dada sociedade e o desenvolvimento de sua expressão lingüística. Sendo indivíduo e sociedade entidades que interagem continuamente a partir de movimentos do primeiro (paixões, no contexto aristotélico-platoniano) é dentro de uma abordagem psicossocial da realidade expressional que o lingüista deve buscar o verdadeiro confronto entre os dois desenvolvimentos, o literário e o lingüístico. Isso porque a evolução da realidade lingüística é também evolução do sentimento da mesma. O obrar lingüístico é da essência da natureza humana e não exterior a ela e a literatura, como forma de expressão humana, é um dos indicadores, à disposição do analista, do sentido real da evolução lingüística em seu conjunto. A função atribuída por Aristóteles ao poeta, de satisfazer e regular os movimentos humanos, está presente em todo falante, ao imitar esta a realidade dentro de um contexto de liberdade em relação a regras expressivas prévias, pois esta sua ação acaba sendo, basicamente uma interpretação. Assim como a arte do poeta - escritor, no sentido mais amplo - é uma virtude intelectual essencialmente prática, cujo papel primordial é a imitação do real, da natureza física ou do mundo moral, sem ser pura cópia mas síntese dos caracteres das coisas, o usuário da língua, em um contexto de livre interação com a realidade de seu interesse, procede igualmente por imitação, sendo menos eficiente na manutenção das estruturas gramaticais de sua realidade, preexistente que são com respeito a essa livre interação. A função imitativa, presente no obrar lingüístico de tal falante, é também progressiva, levando à sedimentação, caso influa ele no meio social e seja prolongada sua experiência, de um novo conjunto de regras. a imitação começa com propósitos de exatidão, passa a ser, na segunda fase, seletiva e, persistindo as condições da livre interação, transforma-se em produção. Este fato é abonado por Aires de Casal que, citando Muratori, afirma que os índios do Uruguai sabiam ler com desembaraço os livros espanhóis, mas não os entendiam. A situação, assim indicada por Aires de Casal, era comum a todos os territórios em que os jesuítas eram protagonistas da cena de atração dos indígenas e inserção dos mesmos em sua esfera de interesses, que não eram os da coroa portuguesa. Esse quadro fundamental explica o processo imitativo do desempenho lingüístico indígena e a conseqüente formação de uma realidade expressional progressivamente diversa, sem nenhum retorno ao estado de 1500 a não ser, e na língua escrita, após a destruição do esquema cultural dos padres da Companhia de Jesus. O que diremos, a seguir, visa a demonstrar que, no Brasil, até o advento da era pombalina, viveu-se uma experiência

lingüística de todo dissociada da que contemporaneamente se realizava em Portugal, interagindo, em nosso meio, os falantes de todas as procedências sob a égide da imitação progressiva daquilo que progressivamente resultava do bilingüismo, realizado com o português vivo europeu e o tupinambá. Até cerca de 1750 não era dessas línguas, nesse processo, mais prestigiosa que a outra. A decisão política de Pombal, de alçar a língua portuguesa ao status de língua única, fez com que aflorasse, dentro da sociedade brasileira, uma realidade lingüística que não correspondia, pelos duzentos e cinqüenta anos decorridos, à denominação que recebia. A história posterior deste instrumento lingüístico, assim oficializado, é a história da contradição entre política da língua, tardiamente imposta pelo lusismo político dominante, e realidade, com o natural apoderamento dos meios de disseminação da língua escrita para o fim de deter a continuada diferenciação da língua falada. Para realizar nosso intento, acompanharemos o conceito de língua, no contexto da expansão política das nações européias, desde o tempo das Cruzadas até o fim da era pombalina, passando pelas vicissitudes políticas do Estado português em suas relações com a Companhia de Jesus. Após a era pombalina, seguiremos o espírito romântico a contrastar com o tenaz esforço, quase sempre bem sucedido, dos lusóficos no sentido de preservação de uma unidade expressional de caráter escrito, sob a ilusão de poder este anular o livre, espontâneo e historicamente coerente desempenho do usuário brasileiro no plano da língua viva. No desenvolvimento do trabalho, a preocupação maior será com as fontes, dando-se ênfase, na bibliografia da questão da língua, aos trabalhos que representem principalmente renovação doutrinária. Evitar-se-á, tanto quanto possível, a citação de contemporâneos para não se produzir polêmica. Os poucos que receberem referência o serão por corresponderem a algum aspecto particularmente relevante do estado atual do problema. O trabalho enquadra-se no setor da lingüística referente à classificação das línguas e corresponde ao aspecto da justificação do ato político de se dar nome a um idioma com base no levantamento rigoroso dos fatores históricos e sócio-culturais presentes em sua formação. Fonte: www.brasilcultura.com.br